

Manifestos

Maio 2015

MOÇÃO DE APOIO

Com base em decisão tomada em sua Reunião Ordinária de 15 de maio último, o Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) vem a público manifestar seu apoio à solicitação do Grupo de Pesquisa Michel Foucault, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, para que seja reconsiderada, pelo Conselho Superior da Fundação São Paulo, sua decisão de vetar a criação da Cátedra “Michel Foucault e a filosofia do presente”.

Essa prestigiosa Instituição de Ensino Superior possui um bem conhecido histórico de resistência à repressão e de defesa das liberdades, sobretudo a liberdade acadêmica, histórico particularmente ainda vivo na memória de quantos viveram os difíceis anos da ditadura militar, aí incluídos docentes deste Departamento de Filosofia. E é em nome dessa tradição notável que o mesmo Departamento externa aqui seu apoio aos integrantes do Grupo de Pesquisa Michel Foucault, para que o Conselho repense sua decisão.

São Paulo, 18 de Maio de 2015.

*As adesões individuais podem ser feitas no endereço <http://foucault.lrdsign.com>

MOÇÃO

Diante dos fatos já amplamente divulgados, escrevemos esta moção para expressar nosso repúdio ao veto do Conselho Superior da Fundação São Paulo, mantenedora da PUC/SP, à constituição da Cátedra “Michel Foucault e a filosofia

do presente”.

Este episódio é extremamente grave porque é uma clara censura à liberdade de pesquisa e autonomia do pensamento acadêmico, que são condições básicas para a realização de nosso trabalho. Julgamos que todos devemos nos solidarizar com os professores da PUC-SP que, há anos, estão trabalhando para a concretização deste projeto e que agora veem seus esforços frustrados por esta decisão obscurantista e retrógrada.

São Paulo, 19 de Maio de 2015.

Grupo de Estudos Espinosanos

(FFLCH - USP)

Agosto 2014

MANIFESTAÇÃO DE PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA - MAIS ESPECIFICAMENTE À FFLCH

Os professores do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas vem a público se manifestar a respeito dos preocupantes acontecimentos a que estamos submetidos, neste momento, na Universidade de São Paulo.

Sabemos todos que a USP atravessa um período muito difícil, certamente um dos piores de sua notável história. Uma profunda crise financeira, gerada pela irresponsabilidade da última gestão reitoral, nos coloca em face de um quadro alarmante, com indesejadas medidas de cortes orçamentários. Por isso, não é senão natural que, nessas circunstâncias, se deflagre uma greve, por aqueles que veem seus salários desvalorizados. Também se compreende que tal mobilização abarque respeitável contingente de servidores não-docentes e servidores docentes, e que receba o apoio de parte dos estudantes. Nada disso, em princípio, deve ser tomado como algo estranho à vida universitária, onde

vigoram os direitos trabalhistas básicos presentes em todos os segmentos da sociedade.

No entanto, particularmente no caso da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, é preciso olhar para esse cenário com alguma cautela. Este Departamento de Filosofia, até mesmo em virtude de sua vocação para a análise crítica - vocação que decerto se exercita em todos os Cursos desta Faculdade -, considera absolutamente inadiável e urgente que se procure olhar para esses acontecimentos como parte de um arco histórico mais extenso, que remonta pelo menos há uma década, e não como um episódio isolado. E nos parece difícil, com base nessa visada mais ampla, escapar de um triste diagnóstico: os movimentos de paralisação das atividades normais a que assistimos quase que anualmente têm produzido o indesejado efeito da degradação da qualidade de nosso trabalho, especialmente em sua parte mais importante e sensível, a docência em nível de graduação, além de conduzirem a um crescente esgarçamento das relações entre as pessoas, em franca oposição àquilo que se espera de um ambiente universitário.

Greves são instrumentos legítimos de pressão e luta. Para que surtam efeito, devem criar uma situação indesejada de anormalidade que obrigue as partes em conflito a uma negociação que permita o retorno à normalidade suspensa. Greves são, pois, instrumentos fortes, que devem ser utilizados com a prudência e o senso de oportunidade que se espera de agentes políticos conscientes.

Ora, no caso desta Faculdade, observa-se um processo de introdução das greves na rotina acadêmica e, conseqüentemente, de sua banalização. Embora seja preciso reconhecer que algumas delas foram movidas por razões justas e que obtiveram resultados importantes e benéficos, é necessário também admitir que, quando se fazem greves com tamanha frequência, seu caráter extraordinário, condição necessária para sua força, se perde, e o resultado é a inevitável diminuição do poder persuasivo e da credibilidade dos que as promovem. Esse déficit de credibilidade e de poder persuasivo tem levado os movimentos grevistas, nos últimos anos, a recorrer a expedientes como piquetes, obstrução de salas de aula, cadeiraços etc. Eis aí o cenário que hoje predomina nos prédios da Faculdade: o deprimente esvaziamento, causado, sobretudo, pela deserção da grande maioria dos estudantes.

Muitos docentes deste Departamento fizeram, fazem ou farão greves, na Universidade ou fora dela. Em nenhum momento isso é aqui posto em questão. O que se quer destacar é que a banalização dessa forma de luta instalada na

Faculdade conduz gradativamente ao esvaziamento do sentido da instituição e à perda do papel que se espera dela, porque seus fins se veem intensamente ameaçados. Sobretudo o prejuízo causado ao ensino é preocupante, pois as consequências são claras: aumento da evasão e do desinteresse, má formação dos estudantes, além da crescente dificuldade do diálogo e da comunicação. As sempre bem-intencionadas reposições pouco podem fazer para diminuir esses efeitos e, embora em alguns casos os diminuam, acabam, muitas vezes, contribuindo apenas para maquiá-los.

A ação já costumeira da obstrução de salas de aula, impedindo que se exerçam as atividades esperadas e desejadas pela Universidade e pela Faculdade, indicam, portanto, uma preocupante transformação: as finalidades da Universidade, tal como expressas em seus Estatutos, com o intuito de preservar o espírito mesmo que animara sua criação - a produção e transmissão do conhecimento, a aquisição do espírito crítico necessário à boa formação cidadã -, vão sendo destronadas, em benefício de novos fins, de novas práticas que não são minimamente compatíveis com valores que definem a própria ideia de Universidade que nos tem sido cara, como a liberdade de pensamento e expressão, o respeito à opinião divergente como estímulo ao saudável e necessário debate construtivo de ideias, além do direito ainda mais básico de ir e vir.

Cada sala de aula vazia por imposição de força aparece a este Departamento como a negação da Universidade e, mais especialmente, de uma Faculdade que, orgulhando-se de sua condição de célula-mater da Universidade, tem a responsabilidade de pensa-la, de refletir sobre ela, de apontar caminhos para sua preservação e aperfeiçoamento. E esse trabalho do pensamento, impondo-nos certo distanciamento crítico e cautela em face dos acontecimentos, não é plenamente compatível com o voluntarismo irrefletido que tem prevalecido.

Parece-nos, assim, urgente a aceitação de que nos encontramos, nesta Faculdade, diante de uma situação ainda mais crítica do que aquela que acomete a saúde financeira da Universidade. Vivemos, na verdade, uma crise de identidade. Estamos sob o sério risco de não mais sabermos o que somos e para que existimos. Se não formos capazes de aceitar que certos valores universitários devem ser preservados do conflito político e que esse mesmo conflito deve sempre mantê-los em seu horizonte, teremos então chegado ao esgotamento da ideia de universidade que esta Faculdade sempre disseminou, segundo a qual se defende a possibilidade de um saber livre das amarras tanto

do pragmatismo do mercado quanto do aparelhamento político-partidário. Está em jogo, para além dos problemas pontuais que hoje nos assombram, a preservação de nossa relevância no interior da Universidade, relevância sempre contestada e por cujo reconhecimento a Faculdade luta desde que a USP é a USP. Cabe-nos reafirmá-la, mas para isso é preciso ter a honestidade intelectual de reconhecer nossos próprios problemas e limites.

Não há pensamento crítico sem autocrítica. Está mais do que na hora de fazê-la. Caso contrário, talvez o futuro nos reserve dias ainda piores.

Assinam este documento:

Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros

Caetano Ernesto Plastino

Carlos Alberto Ribeiro de Moura

Carlos Eduardo de Oliveira

Edécio Gonçalves de Souza

João Vergílio Gallerani Cuter

José Carlos Estêvão

Lorenzo Mammì

Luiz Sérgio Repa

Márcio Suzuki

Marco Antônio de Ávila Zingano

Marco Aurélio Werle

Marcus Sacrini Ayres Ferraz

Mário Miranda Filho

Mauricio Cardoso Keinert

Mauricio de Carvalho Ramos

Milton Meira do Nascimento

Moacyr Ayres Novaes Filho

Oliver Tolle

Pedro Paulo Garrido Pimenta

Ricardo Ribeiro Terra

Roberto Bolzani Filho

Sérgio Cardoso

Valter Alnis Bezerra

MOÇÃO DE REPÚDIO

Conforme decisão tomada em sua reunião ordinária de 15/08 último, o

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas vem a público para manifestar sua indignação e repúdio pela pichação executada na porta do gabinete de trabalho do Prof. Ricardo Terra, deste Departamento, há alguns dias.

Atitudes como essa, francamente em conflito com o espírito de liberdade acadêmica e de respeito à diversidade de opiniões que este Departamento sempre cultivou, além de transgredir claramente princípios básicos de convivência e mesmo de civilidade, contribuem apenas para o acirramento dos ânimos, em meio a uma crise profunda que atravessamos todos nesta Faculdade, produzindo uma indesejada perseguição individual que fomenta ressentimentos e contribui para obscurecer um necessário debate de ideias, sem o qual a mencionada crise não cessará.

Este Departamento espera que atos como esse, de onde quer que venham, não mais se repitam.

São Paulo, 15 de Agosto de 2014